

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 06 DE MARÇO DE 2014.

Aos 06 dias do mês de março de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a quinta reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **onze (11) conselheiros: cinco (5) do poder público e seis (6) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Carlos Donizete Moreira Mattos, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Elisa Francisconi, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Teresa Cristina Martins Leite Imada. **Conselheiros na titularidade:** Clóves Plácido Barbosa. **Conselheiros suplentes:** José Carlos Gomes. **Com a seguinte pauta: Assuntos: Prestação de Contas e Relatório de Execução de Projeto Busca Ativa - 2013 –** Convênio Extrema Pobreza – Estadual; **Deliberação sobre a aplicação de 3% do Recurso Federal – IGD – SUAS** - para aprimoramento das atividades do conselho. **Informes: Pleito Conseas** – Candidatos e eleitores habilitados; **Consulta Pública** do Estatuto da Pessoa com Deficiência; **Convite Câmara Municipal de Franca** – lançamento texto base da Campanha da Fraternidade – dia 06 de março às 20h na Câmara Municipal; **Comunicado de mudança de endereço** - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; **Resolução CNAS Nº 02/2014** – Processo Eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS; **Resolução CNAS nº 04/2014** – Institui Programa Nacional de aprimoramento da Rede socioassistencial privada do SUAS. Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas dos conselheiros ausentes: Monica, Águeda, Helio, Selma, José Fernando, Pe.Célio, Raquel Renzo, Aparecida e Josiane. Em seguida realizou a leitura da pauta que foi aprovada com a inclusão de um informe sobre a mudança de endereço de execução do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças da Sociedade Espirita Legionárias do Bem. Após, a conselheira Elisa realizou a leitura da ata da reunião extraordinária do dia 27 de fevereiro de 2014 que foi aprovada sem alterações. Dando início aos assuntos da pauta Tina concedeu a palavra à conselheira Dalva que iniciou a apresentação da Prestação de Contas do Convênio Extrema Pobreza – Estadual referente ao exercício 2013. Dalva lembrou que o Relatório de Execução do Projeto Busca Ativa foi encaminhado

36 aos conselheiros para conhecimento de todos. Explicou que em 2013 foi feita a
37 adesão do Programa São Paulo Solidário e que a primeira etapa previa a
38 execução do Projeto Busca Ativa com o objetivo identificar as famílias em
39 situação de extrema pobreza no município de Franca. Disse que o convênio com
40 o Estado previa o repasse no valor de R\$ 80.737,00 (oitenta mil setecentos e
41 trinta e sete reais) e com esse recurso o município contratou a empresa IBAM -
42 Instituto Brasileiro de Administração Municipal para realizar pesquisas
43 domiciliares e identificar a situação das famílias que vivem em situação de
44 vulnerabilidade social. Dalva ressaltou que o município realizou uma contrapartida
45 no valor de R\$ 70.216,00 (setenta mil duzentos e dezesseis reais) utilizando
46 recursos próprios, considerando que o valor pago a empresa foi de R\$ 154.000,00
47 (Cento e cinquenta e quatro mil reais). Esclareceu que houve uma devolução de
48 saldo ao Estado no valor de R\$ 504,80 (quinhentos e quatro reais e oitenta
49 centavos). Apontou que a empresa contratada teve problemas na seleção de
50 estagiários e também com relação às condições climáticas, pois foi um período de
51 muita chuva, porém mesmo diante dessas intercorrências foi possível realizar
52 mais de dez mil visitas domiciliares. Enfatizou que o trabalho desenvolvido foi
53 bastante interessante, uma vez que foi feito um levantamento das
54 vulnerabilidades da família, considerando aspectos de saúde, educacionais e
55 sociais. Informou ainda que a empresa fez o relatório, que foi apresentado ao
56 órgão gestor e ao conselho, mas que o retrato social referente a esse trabalho é
57 de responsabilidade do Estado, que ainda não encaminhou ao Município. As
58 visitas foram feitas nas diferentes regiões dos CRAS que tiveram participação na
59 indicação das regiões e bairros. Tina questionou se o Estado apontou o número
60 de famílias a serem visitadas. Dalva esclareceu que a meta seria
61 aproximadamente dez mil e setecentas famílias devendo ser cumprido no mínimo
62 oitenta por cento dessa meta e ressaltou que o município realizou dez mil cento e
63 oitenta e nove visitas domiciliares completas. Após os esclarecimentos a
64 prestação de contas do convênio Estadual citado foi aprovada. Dando seguimento
65 ao segundo assunto da pauta, Tina iniciou a discussão sobre a utilização do
66 recurso federal do IGD/SUAS, referente aos 3% que deverão ser aplicados nas
67 atividades de aprimoramento do CMAS. A secretária executiva Maria Amélia
68 apresentou uma projeção do valor do recurso para este ano de 2014, com base
69 nos valores executados no ano de 2013 e apontou o valor de R\$1.400,00 (mil e
70 quatrocentos reais) como previsão de recurso para este ano. A presidente Tina

71 propôs a utilização desse recurso para o desenvolvimento de um curso de
72 formação aos conselheiros. A mesma disse que embora o valor não seja
73 significativo, acredita que o conselho poderá contar com o apoio do órgão gestor
74 para complementar o custo dessa despesa. Maria Amélia lembrou que no
75 exercício de 2013 o recurso foi utilizado para despesas de diárias e
76 adiantamentos às delegadas eleitas para participação na Conferência Estadual e
77 Nacional, porém o recurso foi insuficiente, havendo a necessidade de
78 complementação pelo órgão gestor. Dalva apontou a necessidade do Conselho
79 apresentar ao Órgão Gestor a proposta de capacitação com o conteúdo, período
80 e carga horária, para análise e providências, porém destacou que o valor do
81 recurso oriundo do IGD/SUAS é insuficiente para qualquer tipo de capacitação.
82 Sugeriu que o recurso seja destinado para o pagamento de viagens dos
83 conselheiros, podendo ser aplicado também em despesas para facilitar o acesso
84 dos usuários nas reuniões do conselho, disponibilizando passes urbanos. Tina
85 argumentou que não basta facilitar a vinda dos usuários nas reuniões sem
86 qualificá-los para a efetiva participação, enquanto conselheiros. A professora
87 Victalina questionou se o valor repassado pode ser ampliado. Dalva esclareceu
88 que a Lei estabelece este valor mínimo referente aos recursos oriundos do
89 IGD/SUAS, porém o Órgão Gestor repassa um valor muito maior para o
90 desenvolvimento das atividades do Conselho e que tem assumido todas as
91 despesas e necessidades do colegiado. Márcio sugeriu manter a mesma
92 destinação proposta no ano passado e reservar esse recurso para gastos e
93 despesas do colegiado em viagens e apresentar ao Órgão Gestor a proposta para
94 o custeio do curso de formação dos conselheiros. Após as discussões, o
95 colegiado definiu pela utilização do recurso em despesas de viagens dos
96 conselheiros. Durante as discussões foi exposto o assunto referente à
97 Reformulação da Lei de Criação do CMAS, especialmente com relação ao prazo
98 de análise e votação na Câmara Municipal. Dalva informou que a proposta de
99 Reformulação está em análise e avaliação pelo Órgão Gestor e posteriormente
100 poderão ser apresentadas sugestões de alteração ao colegiado sendo
101 encaminhada em seguida ao Poder Executivo. Tina disse que a proposta não está
102 caminhando conforme o tempo previsto e sugeriu que o assunto referente a
103 renovação do colegiado deverá ser colocado em pauta na próxima reunião para
104 definição da realização ou não do pleito eleitoral. Dando seguimento à reunião,
105 Maria Amélia apresentou o primeiro informe referente ao Pleito CONSEAS. Disse

que inicialmente a habilitação da candidata Cristiany de Castro foi indeferida, porém o recurso apresentado foi aceito e a candidata foi habilitada ao Pleito Conseas. Apresentou ainda a relação de 06 eleitores do município que foram habilitados. Maria Amélia informou que o Órgão Gestor disponibilizou o transporte e assumirá as despesas dos participantes do Pleito. Tina lembrou que a Assembleia de Eleição será no próximo dia doze de março de 2014 na sede do Conseas/SP. Dando sequência, Tina apresentou o informe sobre a Consulta Pública do Estatuto da Pessoa com Deficiência e disse que foram encaminhados dois representantes de Franca para participarem de uma discussão sobre o referido documento em São Paulo. Destacou que o projeto tem como relatora a deputada Mara Gabrilli. Mariângela, assessora técnica do Conselho da Pessoa com Deficiência informou que a consulta ao Estatuto ficará disponível no site até o dia vinte e cinco de novembro de 2014. Disse ainda que o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência tem uma proposta de realizar audiências públicas para socializar e discutir essa proposta de estatuto. Márcio apontou a importância desta audiência e disse que o Conselho Municipal da Assistência Social poderá contribuir na realização desta. Maria Amélia esclareceu que o endereço eletrônico da consulta pública do referido Estatuto foi encaminhado por email, juntamente com os documentos da pauta. Como próximo informe Maria Amélia comunicou sobre o convite da Câmara Municipal referente ao lançamento do texto base da Campanha da Fraternidade que será realizado neste dia seis de março de 2014, às 20h00. Dando seguimento apresentou o comunicado sobre a mudança de endereço da sede do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora que está situada à Rua Voluntários da Franca, nº 1977 – Centro, antigo Ateliê da Família. Informou que as ações do Ateliê foram descentralizadas e estão sendo executadas nas regiões dos CRAS, porém o setor administrativo está instalado na Secretaria de Ação Social, no espaço que era ocupado pela equipe do Programa Família Acolhedora. Em seguida Tina e Maria Amélia apresentaram informações sobre as resoluções do Conselho Nacional, publicadas recentemente. A Resolução nº 02/2014 dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Gestão 2014/2016. Maria Amélia disse que um dos critérios para que as entidades possam indicar representantes refere-se a necessidade da entidade atuar por pelo menos dois anos em dois Estados e acredita que no município nenhuma entidade se enquadra neste critério. Tina explicou que a Federação das APAES

141 pode indicar representantes, mas ainda não tem informações se ela o fará. A
142 resolução nº 04/2014 instituiu o Programa Nacional de Aprimoramento da Rede
143 Socioassistencial Privada do SUAS. Maria Amélia explicou que será
144 disponibilizado o Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência
145 Social – SCNEAS, no qual o Órgão Gestor deverá inserir informações referentes
146 às entidades de assistência social em regular funcionamento, bem como os
147 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos
148 conselhos municipais de assistência social. Disse que o Órgão Gestor receberá
149 um recurso da União no valor de R\$50,00 por cadastro enviado, podendo ser
150 acrescido de mais R\$ 40,00 se enviado até maio de 2014 ou R\$ 30,00 se enviado
151 até agosto de 2014. Apontou que o sistema ainda não está disponibilizado pelo
152 Governo Federal. Finalizando os informes, Tina apresentou o ofício da Sociedade
153 Espírita Legionárias do Bem que traz a informação de mudança de endereço do
154 Serviço de Acolhimento Institucional para crianças – Recanto Esperança que está
155 localizado na Rua Salim Emer, 350 – Bairro são Joaquim. O senhor Leonel
156 explicou que este espaço possui uma estrutura física mais adequada ao
157 desenvolvimento do serviço. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada
158 e a ata lavrada pela secretária executiva do CMAS.